

REVOLUÇÃO NA AMÉRICA LATINA

ASSOCIAÇÃO NOSSA AMÉRICA

Brasil

América Latina no mundo

Seguindo as promessas do receituário de Washington, nas últimas décadas, a economia mundial vem-se integrando crescentemente, unindo mercados antes longínquos, através da neoliberalização dos fluxos de capitais e mercadorias. Contudo, se essa realidade recente tem sido muito proveitosa para alguns poucos banqueiros e especuladores do mercado financeiro que a cada ano batem novos recordes de lucros, para a imensa maioria das pessoas essa novela tem um final bem diferente.

A própria ONU, após estudos, já reconheceu recentemente que o processo de expansão do capitalismo, rotulado como Globalização, aumentou o abismo que separa poucos ricos dos muitos pobres no mundo. Ou seja, a integração dos mercados, levada a cabo pela mão invisível do capital e propagandeada por governos neoliberais durante toda a década de 1990, já tem demonstrado que é incapaz de trazer uma vida digna aos povos da América Latina e dos outros continentes do terceiro mundo.

Uma integração latino-americana *desde abajo* está longe de reivindicar meros projetos comerciais, monetários ou políticos entre as elites dos países vizinhos. Trata-se de uma dura luta cotidiana travada por milhares de mulheres e homens em todos os países que anseiam por justiça social. Não é a integração dos grandes *lobbies* que representa um possível projeto de integração do continente, mas sim um projeto que tenha como parâmetros o bem-estar dos povos; o respeito à diversidade étnica, sexual e cultural, e não o cálculo frio sobre metas de superávit primário, que destina bilhões por ano a bancos e especuladores.

Dilemas da formação

O sentido da colonização do continente nos legou ilhas de atividade mercantil espalhadas ao longo da costa, penetrada apenas erráticamente como via de extensão deste mesmo negócio. Os núcleos sociais originados pela colonização respondiam aos anseios comerciais da expansão mercantil européia. Assim, foram orientados segundo interesses alheios aos de sua população, voltados para fora e não para dentro do continente. A configuração social, política, econômica e cultural dos novos povos que dariam origem aos países atuais emergiu

essencialmente derivada deste motor primordial.

O sentido comum da formação colocará no horizonte do continente a tarefa irmã de superar o legado colonial como condição da emancipação. Trata-se de colocar as riquezas naturais e o produto do trabalho à serviço do interesse da sua própria população.

Esta tarefa de uma obviedade aparentemente inocente adquire conotação dramática em uma realidade onde a emancipação política constelada nas independências nacionais fez pouco mais do que reafirmar padrões de dominação e extração da riqueza que encontraram sua forma primitiva no sistema colonial. Em outras palavras a independência, antes de superar o legado colonial, criará desde então as condições para uma inserção subordinada aos negócios internacionais nos seus diferentes movimentos. A história do continente passa a ser balizada pelas respostas que alcança dar aos padrões de dominação externos impostos pela dinâmica do capital.

Esta realidade condiciona desde o início a margem de manobra das elites locais, comprimidas de um lado pelo capital internacional que se anuncia implacável, secundado pelos estados nacionais e sua ameaça militar. De outro, pressionada pela incontida eferescência popular que reivindica a integração social com a energia instintiva de quem luta pela sobrevivência. O papel subalterno a que se resignam as elites do continente é produto histórico das estreitas possibilidades que condicionam sua gênese social. Para manter o privilégio, a aliança com o interesse externo foi sempre mais segura do que a arriscada integração nacional, implicando a inclusão social que teme não controlar e o enfrentamento antiimperialista – um risco dobrado.

Revolução por quê?

Ao assumir seu caráter anti-popular, anti-democrático e anti-nacional as elites latino-americanas afirmam a dependência externa e a exclusão social como o seu horizonte, a despeito do que possam dizer em contrário. A resultante política é que um projeto de sociedade integrado, democrático e soberano é interesse exclusivo dos trabalhadores, em uma realidade onde as burguesias não tem nada a ceder e só cedem a medo. A superação do legado colonial e a subordinação da riqueza às

necessidades da sua população adquirem assim na América Latina contemporânea a feição de um dramático conflito social, cuja solução positiva tem na história o nome de Revolução. Antes de uma escolha voluntária, o desígnio revolucionário emerge como a alternativa possível à barbárie em sociedades que não oferecem o mínimo espaço para a reforma social.

A outra face da negação social é a afirmação dos valores do imperialismo: visível no plano econômico e cultural, disfarçado nas relações internacionais. Assim, o desprezo mútuo pela realidade continental que tem raízes na própria lógica que engendrou sua formação é sintoma inevitável de sociedades que seguem orientadas de modo alheio às suas necessidades.

Governo Lula e integração continental

As relações políticas entre os Estados no continente de maneira geral refletem esta situação. Para reduzir-nos ao exemplo brasileiro recente: quando o governo forma um grupo de “amigos da Venezuela” para mediar a crise neste país, composto por notórios inimigos de Chávez; condena Cuba, através da abstenção em voto decisivo, em matéria de direitos humanos na ONU; e envia tropas em “missão de paz” ao Haiti, redonda-se no plano da política internacional a submissão notória no campo econômico. Com a decisão de enviar tropas em “missão de paz” ao Haiti o governo Lula endossou uma aventura que exala o *ethos* da política externa norte-americana, evidenciando seu conteúdo conservador no último campo onde alguns ainda o teriam por progressista: as relações internacionais.

A diplomacia geral entre os países vizinhos do continente não é ignorante. Ela respeita a lógica da desintegração funcional à dominação imposta. Uma outra relação seria incompatível com o legado colonial e o padrão de dominação de classe vigente. Só será possível nos marcos de uma América Latina popular, soberana e integrada. Não mais uma relação entre governos, mas uma integração dos povos.

OS IDEAIS REVOLUCIONÁRIOS SÃO COMO UMA HORTA

ALEX BAU
Nicarágua

**PRÊMIO DO CONCURSO
«REVOLUÇÃO PARA O
OUTRO MUNDO POSSÍVEL»**

À medida que são cultivados, obtêm-se frutos e por isso sempre haverá sementes para continuar semeando.

A forma de fazer a revolução na América Latina é estabelecer nossos ideais incansavelmente, é tomar consciência dos estragos mundiais do neoliberalismo (ver os estragos ambientais, políticos e econômicos) e não se trata de querer mudar o mundo, da noite para o dia, mas sim de perceber que existe outra forma de vida além da que conhecemos, porém, não a colocamos em prática porque a inveja está governando nossos sentimentos para com o resto dos seres humanos.

Já não nos importa a humanidade, somente nós mesmos. Contar apenas comigo, e ninguém mais, ter mais dinheiro, ter mais bens de valor econômico; a sociedade neoliberal nos tornou materialistas.

A luta é contra a pobreza e a desigualdade, lutemos por essa justiça social que desejamos nós, a maioria dos habitantes da América.

Existem muitos movimentos populares que acreditam em uma outra realidade possível: movimentos de jovens, movimentos cristãos, movimentos de camponeses e camponesas ou produtores e também dos partidos políticos revolucionários. Quero deter-me um pouco nos partidos políticos e fazer uma crítica; a maioria dos políticos (sem generalização) que estão no poder, falam sobre como ajudar o pobre, os sem-terra, os sem-teto, os professores, etc. mas quando têm a possibilidade de ajudá-los, se esquecem, e a ajuda não passa de palavras sem ações. Vamos mudar isso, uma outra realidade é possível!

Que às reuniões dos países, não compareçam os governantes, que dizem ser os representantes do povo, e sim os verdadeiros representantes, que são o próprio povo. Somos nós que estamos sofrendo os estragos deste mundo globalizado e dominado por multinacionais e por políticos eleitos através de campanhas eleitorais de medo, que impedem que os verdadeiros defensores do povo cheguem ao poder, pois desta maneira as multinacionais não realizariam seus grandes negócios.

(Continua na página 237)